



ANEXO I - PROJETO BÁSICO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 20250307.05-DE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00003.20250228/0001-28

1. DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços especializados em tecnologia para locação de sistema para atender as necessidades da Administração do Município de Palmácia/CE

1.2. A contratação será dividida em Item(s), conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	LOCAÇÃO DE SISTEMA CONTABILIDADE	10.0	Mês
<p>O Sistema de Contabilidade deverá atender as seguintes especificações técnicas: o Adotar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP; o Permitir a Personalização de Eventos Contábeis utilizando Contas do PCASP; o Oferecer Estrutura de Controle para Execução Automática de Eventos Contábeis utilizando Contas do PCASP; o Permitir a Elabora do Plano Plurianual - PPA; o Permitir a Elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA; o Permitir a integração entre o PPA e a LOA; o Permitir o Controle da Execução Orçamentária: Receitas orçamentárias e extras, Empenhos, Liquidações, Pagamentos orçamentários e extra, Bancos, Convênios, Contratos, Licitações, Alterações Orçamentárias; o Realizar o controle orçamentário e financeiro pela utilização e controle das Fontes de Recursos. o Permitir o controle de uso do Sistema com gestão de Unidades Orçamentárias por usuários. o Permitir a Geração dos Arquivos do Sistema de Informações Municipais - S.I.M do TCE. o Permitir fechamento de períodos de lançamentos de forma geral, por usuário e unidades orçamentárias; o Permitir o Preenchimento de Cheques, Cópia de Cheques, Recibos e Nota Fiscal; o Permitir os Pagamentos de Credores por meio de lotes bancários; o Permitir a Conciliação Bancária automática de Cheques e lançamentos decorrentes de pagamentos gerados por meio de lotes bancários; o Permitir a Elaboração dos Relatórios Mensais para o TCE; o Permitir a Elaboração de Relatórios Gerenciais para Educação (SIOPE), FUNDEB, Saúde (SIOPS); o Permitir a Elaboração dos Relatórios da Lei Complementar 101/2001-LRF com publicação automática em site; o Permitir a Elaboração da Planilha SICONFI RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária; o Permitir a Elaboração da Planilha SICONFI RGF - Relatório de Gestão Fiscal; o Permitir a Publicação diária automática dos dados contábeis em site contratada por esta prefeitura atendendo a Lei 131 (Lei Transparência Pública); o Permitir a Elaboração dos Relatórios da Lei 9.755 - Contas Públicas; o Permitir a Divulgação automática dos Relatórios da LRF na Internet em site contratado por esta prefeitura; o Permitir a Elaboração do Balanço Anual conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP; o Permitir a Elaboração da Planilha SICONFI DCA-Balanço Anual; o Permitir a Elaboração do MANAD; o Permitir a Elaboração da DIRF; o Permitir a Consolidação de Dados para Unidades Gestoras que utilizam bancos de dados independentes; o Permitir o Funcionamento em rede local e via internet por meio dos serviços de conexão remota; o Permitir o Funcionamento em Rede Virtual Privada via internet; o Permitir a elaboração de relatórios e gráficos gerenciais a partir de recursos de B.I (business intelligence); o Permitir o Relacionamento automático com Extrato Bancário no Padrão OFX; o Possuir Módulo Dinâmico que permita Integração via API com Sistemas de Gestão Administrativa contemplando: o Solicitações de Despesa o Autorizações de Solicitações de Despesa o Autorizações de Licitações o Licitações o Autorizações de Contratos o Contratos o Autorizações de Empenhos o Empenhos o Autorizações de Liquidações o Liquidações o Autorizações de Pagamentos o Pagamentos o Quando integrado a um Sistema de Gestão Administrativa, o Sistema Contábil deverá registrar na linha do tempo do Processo Administrativo cada operação registrada destacando o dia, hora, setor, operador e o status atribuído à operação. o Possuir Módulo Dinâmico que permita Integração via API com os sistemas de compras, licitação, patrimônio, almoxarifado e merenda escolar; o Permitir backup de forma manual ou automática. o Possuir módulo de segurança com controle de Nível de Acesso por Usuário com personalização individual ou por perfil de acesso.</p>			
2	LOCAÇÃO DE SISTEMA LICITAÇÃO	10.0	Mês
<p>O Sistema de Licitação deverá atender as seguintes especificações técnicas: • o Atender ao SIM (Sistema de Informações Municipais) com a geração de • arquivos digitais conforme especificações técnicas conNdadas no manual • manNdo e divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado TCE.; • o PermiNr o Cadastro de Fornecedores, Itens (produtos e serviços), Textos • Padrões, Comissão de Licitação; • o PermiNr a Criação llimitada de Modelos de Relatórios; • o Adotar os Modelos já uNlizados pelo Município e/ou Assessoria; • o Controlar as Licitações por meio de Banco de Dados, evitando o • manuseio de arquivos e pastas; • o CriNcar as dotações uNlizadas compaNbilizando com o Sistema S.I.M; • o UNlizar o conceito de Macro-subsNtuição de dados, evitando o trabalho • de revisão de texto para subsNtuição de conteúdo; • o Registrar Solicitações, incluindo as seguintes informações: Secretaria, • Itens e suas quanNdades e dotações orçamentárias; • o Registrar a Cotação de Preços com elaboração de projeto básico e • relatórios de valores médios; • o Gerar e processar planilhas eletrônicas para fornecimento de propostas • de preços com a finalidade de elaboração de coleta\projeto básico; • o Oferecer módulo de Autorização permiNndo um total controle das fases • do Processo; • o Realizar o julgamento global por lote e por item; • o Possuir todas as ferramentas de controle para a realização das • modalidades de acordo com a Lei Nº 14.133, de 1º • de abril de 2021. • o PermiNr o usuário decidir em caso de empate nas propostas de preços; • o EmiNr todos os Relatórios (anexos) adotados pela Comissão; • o PermiNr a emissão de relatórios segundo os modelos padronizados; • o PermiNr a Edição e Arquivamento dos Relatórios apresentados em</p>			



Tela; • o Oferecer integração com os sistemas de Contabilidade, compras, • patrimônio, almoxarifado e merenda escolar. • o PermiNr realizar contratação direta; • o PermiNr backup de forma manual ou automática. • o Possuir módulo de segurança com controle de Nível de Acesso por • Usuário com personalização individual ou por perfil de acesso.

3	LOCAÇÃO DE SISTEMA PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	10.0	Mês
---	--	------	-----

O Sistema de Publicação em Portal da Transparência Pública deverá atender as seguintes especificações técnicas: Atender Decreto Nº 7.185 de 27 de maio de 2010 e Art. 48 LC Nº 101 de 4 de maio de 2000. Oferecer integração com os Sistemas de Contabilidade e Licitação. Permitir que o próprio usuário do sistema gere a publicação dos dados enviados para o portal. Oferecer disponibilidade permanente de consulta aos dados publicados via web para o cidadão comum. Oferecer opções de relatórios ao internauta. Oferecer segurança dos dados publicados. Oferecer um API para aplicativos externos.

2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 58.076,70 (cinquenta e oito mil e setenta e seis reais e setenta centavos), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação dos serviços especializados em tecnologia para locação de sistemas visa atender às necessidades fundamentais da Secretaria de Administração do Município de Palmácia/CE, sendo essencial para a melhoria e eficiência dos processos administrativos e de gestão pública. A locação dos sistemas de contabilidade, licitação e portal da transparência permitirá à administração municipal modernizar e otimizar suas operações, proporcionando maior transparência, eficácia e controle nos processos internos. O sistema de contabilidade é crucial para a gestão financeira, permitindo um controle mais preciso e ágil das contas públicas, enquanto o sistema de licitação facilitará os processos relacionados à aquisição de bens e serviços, garantindo conformidade com as leis aplicáveis e transparência nas negociações. Já o portal da transparência é indispensável para a promoção da acessibilidade às informações públicas, fortalecendo o compromisso com a governança transparente e o engajamento dos cidadãos. A utilização de serviços especializados por meio de locação reduz a necessidade de aquisição e manutenção de infraestrutura própria, resultando em economia de recursos e tempo, além de assegurar atualizações constantes e suporte técnico qualificado. A iniciativa está alinhada com os princípios de eficiência, economicidade e responsabilidade na administração pública, conforme estabelecido na nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021.

4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação para contratação que envolva



valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II
para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras



5. ENTREGA E CRIT RIOS DE ACEITA O DO OBJETO.

5.1. Prazo e execu o:

5.1.1. O prazo de execu o dos servi os   de 10 meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou Instrumento equivalente.

5.1.2. Cumprida a obriga o, o objeto da licita o ser  recebido:

5.1.2.1. Mediante termo, os servi os ser o recebidos PROVISORIAMENTE, pelo(s) servidor(es) respons vel(eis) designado pelo(a) Secretaria de Administra o para acompanhamento e fiscaliza o, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em at  10 (dezs) dias  teis da presta o do servi o.

5.1.2.2. DEFINITIVAMENTE, mediante termo, em at  15 (QUINZE) dias  teis da emiss o do Termo de Recebimento Provis rio, pelo(s) servidor(es) respons vel(eis) designado(s) pelo(a) Secretaria de Administra o, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, ap s o decurso do prazo de observa o ou vistoria que comprove a adequa o do objeto aos termos contratuais.

5.1.2.2.1. O prazo para recebimento definitivo poder  ser estendido de forma a garantir maior possibilidade ao contratante de verifica o da adequa o do servi o contratado.

5.1.2.2.2. O referido prazo pode ficar suspenso, ou mesmo ser prorrogado, em eventual discord ncia das condi es de presta o e valida o, de modo que a CONTRATADA fa a os ajustes necess rios de corre o, ou apresente as justificativas pertinentes a avalia o realizada.

5.1.3. A Administra o rejeitar , no todo ou em parte, o(s) servi o(s) executado(s) em desacordo com os termos do Projeto B sico.

5.1.4. Se no ato da entrega do(s) servi os a nota fiscal/fatura n o for aceita pela Administra o, devido a irregularidades em seu preenchimento, ser  procedida a sua devolu o para as necess rias corre es. Somente ap s a reapresenta o do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necess rios, proceder  a Administra o ao recebimento provis rio do(s) servi o(s).

6. DAS OBRIGA ES DA CONTRATANTE

6.1. S o obriga es da Contratante:

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execu o;

6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de servi os, de acordo com os crit rios estabelecidos neste Projeto B sico;

6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspe es realizadas;

6.1.4. Supervisionar a execu o do objeto do Contrato, exigindo presteza na execu o e corre o das falhas eventualmente detectadas;

6.1.5. Aplicar   CONTRATADA as san es administrativas regulamentares e contratuais cab veis;



6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;

6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;

7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;



7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;

7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;

7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;

7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;

7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;

7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;



7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.



365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;
- 12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- 12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;



12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) Secretaria de Administração, na classificação econômica 0301.04.122.0012.2.007 - Manutenção e Aperfeiçoamento das Atividades da Sec. de Administração, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33904099 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica, R\$ 58.076,70 (cinquenta e oito mil e setenta e seis reais e setenta centavos); .

Palmácia/CE, --

**PAULO HENRIQUE DA SILVA
RESPONSÁVEL**

APROVO o Projeto Básico elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

**WESLEY GOMES PONTES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**